

Ata N.º	03/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA N.º 03/2016 DE 27 DE JUNHO DE 2016

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a terceira sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de Junho do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e vinte minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária e José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário.-----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado-----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Martins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceu a reunião o membro Sr. Ilídio Silva Ferreira -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos como segue: -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- a) Foi dado conhecimento de todo o expediente recebido no período compreendido entre 27 de abril e 27 de junho de 2016.-----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os membros a seguir indicados, cujas declarações se transcrevem: -----

----- O Sr. Fernando Félix , disse o seguinte : -----

*Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal*

*Sr. Presidente da Câmara Municipal, Caros Colegas Deputados e demais pessoas presentes:*

*Início esta minha intervenção propondo, em nome do grupo do PSD, mas que poderá e penso que será certamente partilhado por todos os grupos, a aprovação por esta Assembleia Municipal de um voto de pesar pela morte do funcionário da autarquia, Renato Andrade, atenta a sua jovem idade e as circunstâncias excecionalmente trágicas do acidente que o vitimou.*

*Partindo de uma notícia publicada recentemente no Jornal do Centro, no dia 27-05-2016, sobre um projeto da empresa Altice para instalar um call center em Castro Daire e assim criar oitenta postos de trabalho, permitam-me que, sem qualquer vínculo partidário, mas tendo presente os desígnios municipais que todos nós devemos adotar enquanto eleitos, diga o seguinte:*

*Mesmo desconhecendo o estado concreto deste projeto, o conteúdo da notícia faz com que me interrogue se a sua existência não será uma oportunidade para os órgãos autárquicos deste Município assumirem uma posição proactiva e competitiva e tentarem colocar na mesa da decisão também a hipótese do call center ser instalado em Vila Nova de Paiva. Isto porque, conforme refere a notícia “um dos requisitos*

Ata N.º	03/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

*para admissão de pessoal será falar a língua francesa”, ou seja, língua que muitos habitantes deste município conhecem e dominam. E como fazem parte deste município quer a denominada “aldeia mais francesa de Portugal” quer outras aldeias com elevados índices de emigração para a França e Suíça, particularidades estas que proporcionam que muitos munícipes preencham aquele fator/requisito crítico, eu penso que também seria possível encontrar neste Município instalações adequadas para um projeto desta natureza. Numa reflexão rápida que fiz enquanto vinha da Queiriga facilmente concluí que: quer o edifício público da escola primária da Queiriga; quer até o edifício privado recentemente construído no lado esquerdo da Zona Industrial do “Vale do Forno”, o qual se destinaria à instalação de uma fábrica de materiais hospitalares e apresenta alguns sinais de inatividade, poderiam eventualmente ser vocacionados para a instalação de tal projeto.*

*Assim termino referindo que, na minha opinião, o cargo de Presidente da CIM desempenhado pelo Sr. Presidente da Câmara talvez condicione uma sua ação direta e deliberada na promoção de tal hipótese, mas poderá permitir obter informações sobre o estado de tal projeto. E, atento o interesse municipal e como já referi “sem qualquer vínculo partidário”, penso que será possível com a união de todos os órgãos autárquicos e alguma astúcia política, delinear uma estratégia que faça chegar à mesa da decisão também a hipótese deste call center ser instalado em Vila Nova de Paiva.”*

----- O Sr. Mário Morgado referiu o seguinte: -----

*“ Património Cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidas de acordo com a sua ancestralidade, importância histórica e cultural de um país, localidade ou comunidade, adquirem um valor único e de eternidade. Assim, de acordo com sua particular e significativa forma de expressão cultural, é classificada como Património Cultural, determinando-se a sua salvaguarda (proteção), para garantir a continuidade, divulgação e preservação. Com a intenção de assegurar, para as gerações futuras o conhecimento do seu passado, suas tradições, sua história, os costumes, a cultura, a identidade do seu povo.*

*É a nossa herança do passado e o que construímos hoje. É obrigação de todos nós, preservar, transmitir e deixar todo esse legado, às gerações vindouras.*

*Sr. Presidente o que temos assistido no Touro nos últimos anos tem sido um ataque de terrorismo contra o património cultural da nossa Terra, é o caso da ponte do cemitério, em dezembro de 2007 uma revista elogiava a arquitetura desta ponte dizendo na legenda de uma fotografia dela – “Este pontão é uma exceção entre os*

*seus congêneres, geralmente produtos de uma arquitetura rural sem qualidade”, - no meio do artigo diz ainda, - “o curioso pontão sobre o rio côvo, cuja qualidade de desenho e de construção o torna único entre os seus pares”, agora também é única, a única com tabuleiro de cimento. Outro caso, é o que fizeram no Senhor do Amparo, entre outras situações. Tem que parar por aqui. O que está pensado para se fazer no Santo António é inconcebível, vai contra os interesses e vontade dos Tourenses. Sr. Presidente não deixe que se retire o cruzeiro e que se estrague o Largo do Santo António e as suas recordações. Os carros passam bem!*

*Sr. Presidente outro assunto que gostava de ver esclarecido é sobre rumores de acusação de abuso de poder que dizem que o Sr. terá cometido.”*

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia manifestou concordância com as declarações do Sr. Fernando Félix, tendo em seguida dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos às questões colocadas pelos membros Srs. Fernando Félix e Mário Morgado.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu o seguinte: “ O Sr. *Fernando Félix* referiu que, a confirmar-se a instalação do call-center, um dos requisitos que a ALTICE impõe é o conhecimento da língua francesa. Eu sei que neste momento aquela empresa, antiga PT tem uma política de descentralização de serviços. Quando eram uma empresa de referência mundial fizeram um investimento de referência muncial que foi o call-center da Covilhã, ao qual agora não sabem o que fazer. Gastaram quatrocentos milhões de euros naquelas instalações, e agora não sabem o que fazer. Entretanto as coisas mudaram e com a nova administração estão a fazer, pelo interior do país pequenos nichos de call-center, porque daquilo que percebi dono da ALTICE tem as suas descendências no norte.

*Do que conheço, através da comunicação social acerca da fixação do call-center em Castro Daire, dou desde já os parabém a Castro Daire, e fico contente porque se ficar naquele Município só irão beneficiar a região irá beneficiar as populações e os municípios vizinhos, como é o caso de Vila Nova de Paiva que estão perto dele. Tal como nós recebemos trabalhadores de Castro Daire, eles também receberão os de Vila Nova de Paiva.*

*Mas por falar em notícias de jornal, vou dar-vos conta de uma notícia que saiu no Jornal do Centro que dá conta que a região de Viseu absorveu quase metade investimento empresarial com apoio comunitário. Até 31 de maio de 2016 foram aprovados 130 projetos empresariais para os catorze municípios da CIM. A noticia diz ainda que o concelho mais pequeno da CIM, que é Vila Nova de Paiva , é um dos seis que tem um investimento aprovado superior a um milhão de euros.”*

Ata N.º	<b>03/2016</b>
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	

Relativamente à intervenção do Sr. Mário Morgado o Sr. Presidente referiu que os problemas devem ser sinalizados e que dentro das possibilidades e no gosto que se tem na salvaguarda do património quando se achar conveniente deve-se pôr a engenharia a trabalhar e a melhorar, que é o que atualmente está a acontecer com a requalificação da Rua Central no Touro, o Largo do Mosteiro em Vila Cova à Coelheira, a recuperação da capela do Sr. da Pobreza na Carvalha e posteriormente será Pendilhe.

Quanto à referência ao abuso de poder de que o Presidente da Câmara está acusado, o Sr. Presidente remeteu para as atas duas últimas reuniões da Câmara nas quais está relato todo o historial do caso, bem como todo os esclarecimentos prestados ao Executivo sobre o assunto.-----

----- **Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do funcionário da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Engenheiro Informático, Renato Filipe Martinho Andrade.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar um voto de pesar pelo falecimento do funcionário Renato Andrade.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de fevereiro do ano de 2016,** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia e não tendo havida inscrições, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos Srs. Ilídio Afonso da Cruz, e Paula Cristina Sá Nascimento, por não terem estado presentes na referida reunião, aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 27 de abril do ano de dois mil e dezasseis -----

----- **b) 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016** – Aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de junho – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente ata, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de atas das reuniões da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara explicou os motivos que deram origem a esta revisão.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia e não tendo havido inscrições, o Sr. Presidente da Mesa colocou a 3.<sup>a</sup> Revisão às GOP e Orçamento a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Fernando Félix, Paula Cristina Sá Nascimento, Rosa Cristina Clara Alves Pinto, Rosa Maria Carvalho Santos e José Manuel Correia Alves, aprovar a 3.<sup>a</sup> Revisão às GOP e Orçamento para 2016.-----

----- **c) Proposta de delegação legal de competências nas Freguesias para o mandato de 2014/2017** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 03 de junho de 2016 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 27 de maio de 2016, do seguinte teor integral:

----- “*Considerando que:*

*a) O atual regime jurídico da delegação de competências de órgãos do Estado nos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais e dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias e das entidades intermunicipais, é o previsto nos artigos 116.º a 136.º do Capítulo II (Delegação de competências) do Título IV (Descentralização administrativa) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pela Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de Novembro, e 50-A/2013, de 11 de Novembro, alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho, que no seu Anexo I estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais e o regime jurídico da transferência de competências e o regime do associativismo autárquico.*

*b) São objetivos da delegação de competências, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis (artigo 118.º).*

*c) Os princípios gerais que devem presidir à negociação, celebração, execução e cessação dos contratos de delegação de competências são a igualdade, a não discriminação, a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos (artigo 121.º e n.º 2 do artigo 133.º).*

*d) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, vem estabelecer que a descentratização de competências do município nas freguesias pode ocorrer por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências).*

Ata N.º <b>03/2016</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	

*e) Aquela lei preconiza dois tipos de delegações de competências por via contratual:*

*– A delegação “tradicional” de competências de acordo com o artigo 131.º, podendo os municípios delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais, concretizando-se tal delegação através da celebração de contratos interadministrativos nos termos previstos no artigo 120.º; e*

*– A delegação legal prevista no n.º 1 do artigo 132.º, cujas competências aí elencadas pertencem às câmaras municipais, mas que se consideram delegadas nas juntas de freguesia dependendo para o efeito da celebração de um acordo de execução entre o município e a freguesia nos termos previstos no artigo 133.º, sendo assim tal acordo condição de eficácia da delegação, uma vez que se não houver acordo aquela delegação não produz os seus efeitos, circunstância em que aquelas competências continuam a ser exercidas pela câmara municipal (n.º 2 do artigo 134.º).*

*f) A delegação legal nos domínios enumerados no n.º 2 do art.º 132.º relativa às competências municipais de controlo prévio, realização de vistorias e fiscalização, só se materializam quando previstas em lei e mediante celebração de acordo de execução, o que até à data só ocorreu no âmbito da reorganização administrativa do município de Lisboa, concretizada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto.*

*g) No âmbito da delegação legal estão elencadas no n.º 1 do artigo 132.º as seguintes competências das câmaras municipais:*

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;*
- Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;*
- Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;*
- Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;*
- Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.*

*h) A celebração dos acordos de execução pressupõe prévia autorização quer da assembleia municipal (alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º), sob proposta da câmara municipal (alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º), quer da assembleia de freguesia (alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º), sob proposta da junta de freguesia (alínea j), do n.º 1, do*

*artigo 16.º), neles devendo ser previstos os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no artigo 132.º (n.º 1 do artigo 133.º), e a referência às respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação (n.º 2 do artigo 115.º e n.º 2 do artigo 133.º).*

*i) Na concretização da delegação de competências, e no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação, os municípios devem considerar, designadamente, critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial (n.º 1 do artigo 135.º e n.º 2 do artigo 133.º).*

*j) O período de vigência do acordo de execução de delegação legal de competências coincide com a duração do mandato da assembleia municipal, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados (n.º 1 do artigo 129.º, n.º 1 do artigo 134.º e n.º 1 do artigo 136.º).*

*k) O acordo de execução de delegação legal de competências não é suscetível de revogação, podendo cessar por caducidade ou resolução (n.ºs 5 e 7 do artigo 134.º).*

*l) O acordo cessa por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, considerando-se, contudo, renovado após a instalação da assembleia municipal, independentemente da eventual mudança dos titulares dos órgãos do município e ou da freguesia, a não ser que seja denunciado no prazo de seis meses após aquela instalação (n.ºs 2 e 3 do artigo 129.º e n.ºs 3 e 4 do artigo 134.º), mediante autorização da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (alínea k, do n.º 1, do artigo 25.º, alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º e n.º 4 do artigo 134.º). A denúncia é a faculdade de fazer cessar a relação contratual, não se exigindo para o efeito uma justa causa ou um motivo particular.*

*m) As partes podem resolver o acordo de execução por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas (n.º 5 do artigo 123.º e n.º 5 do artigo 134.º), sendo que, neste último caso, os contraentes públicos devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º (n.º 6 do artigo 123.º e n.º 5 do artigo 134.º). A resolução do acordo de execução pressupõe prévia autorização, consoante os casos, da assembleia de freguesia ou da assembleia municipal, sob proposta, respetivamente, da junta de freguesia ou da câmara municipal (alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º, alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º, alínea l), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea n), do n.º 1, do artigo 33.º).*



Ata N.º	03/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

n) *Em caso de caducidade ou resolução, e até à celebração de um novo acordo, as competências previstas no artigo 132.º são exercidas pela câmara municipal, como determina o n.º 6 do artigo 134.º.*

o) *Nas negociações havidas desde há algum tempo com as Juntas de Freguesia deste Município, tendo em vista a delegação legal de competências, foi concluído ser admissível, nesta fase, a delegação das competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132.º às atuais cinco Freguesias do Município, a saber:*

- *Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- *Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.*

p) *Mais foi concluído que os meios necessários e suficientes para o exercício daquelas competências se traduziam somente em meios financeiros, calculados num montante anual correspondente a um trimestre do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que anualmente cabe às Freguesias transferido do Orçamento do Estado (com arredondamento à unidade de euro), já que estas verbas são determinadas atendendo à caracterização geográfica e demográfica das freguesias, sendo aquela processada em julho do ano de 2016 e em maio do ano de 2017.*

q) *A fonte de financiamento para a concretização desta delegação legal são as verbas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) liquidadas e cobradas pela Administração Fiscal e transferidas para o Município.*

r) *No Mapa XX anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2016, aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, consta a previsão das verbas a transferir para as freguesias no âmbito do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) decorrente da participação das freguesias nos impostos do Estado, pelo que os montantes a transferir para exercício das competências acima referidas para as Freguesias do Município são as constantes no quadro seguinte, sem prejuízo da atualização que venha a ocorrer no ano de 2017:*

<i>Freguesia</i>	<i>Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)</i>	<i>Acordo de execução</i>
<i>Pendilhe</i>	<i>€ 30.747</i>	<i>€ 7.687</i>
<i>Queiriga</i>	<i>€ 38.732</i>	<i>€ 9.683</i>
<i>Touro</i>	<i>€ 49.670</i>	<i>€ 12.418</i>
<i>Vila Cova à Coelheira</i>	<i>€ 43.138</i>	<i>€ 10.785</i>
<i>União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas</i>	<i>€ 77.932</i>	<i>€ 19.483</i>
<i>Total</i>	<i>€ 240.219</i>	<i>€ 60.056</i>

*Assim, face ao exposto, apesar de não ter sido efetuada a delegação de quaisquer competências por delegação legal no prazo indicativo referido no n.º 1 do artigo 133.º dado as mesmas se acomodarem ao prazo do mandato da assembleia municipal, pretende-se excecionalmente, nesta fase, proceder à delegação das competências acima referidas perante o manifestado pelas Juntas de Freguesia, pelo que tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem, ao abrigo e para os efeitos previstos na alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*1.º – Que ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja autorizada a delegação legal das competências municipais previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132.º da mesma lei, nas Freguesias do Município, a exercer durante o corrente mandato autárquico de 2014/2017, a saber:*

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.*

*2.º – Que para o exercício daquelas competências seja autorizada a atribuição de uma verba anual correspondente a um trimestre do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que cabe anualmente a cada freguesia, que no ano de 2016 correspondem aos montantes indicadas no quadro supra e que totaliza a importância de € 60.056 (sessenta mil e cinquenta e seis euros).*

*3.º – Que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, seja autorizada a realização dos encargos plurianuais decorrentes da delegação legal de competências.*

*4.º – Que seja aprovada a minuta do Acordo de Execução a celebrar com as Freguesias, cuja minuta se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”*

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveu-se e usou da palavra o Sr. António Coelho, para dizer que seria importante a Câmara Municipal pôr a concurso os espaços verdes, principalmente as rotundas para serem conservados e embelezados por empresas, apenas com a contrapartida de publicidade nesses espaços, como está a acontecer em vários países e com sucesso. Desta forma pouparia-se algum dinheiro para outras obras. -----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação. -----

Ata N.º	03/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----

----- **d) Proposta de Definição e delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro de Vila Nova de Paiva** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 17 de junho de 2016 – Apreciação e votação. -----

*“Considerando que:*

*1. O regime jurídico da reabilitação urbana (doravante RJRU) atualmente em vigor é o aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.*

*2. A reabilitação urbana deve contribuir, de forma articulada, para a prossecução dos objetivos previstos no artigo 3.º do RJRU, nomeadamente assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificadas, modernizar as infraestruturas urbanas e requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva.*

*3. Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar, no quadro do RJRU e dos demais regimes jurídicos aplicáveis, a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam (artigo 5.º), incumbindo aos proprietários de edifícios ou frações o dever de assegurar a sua reabilitação, nomeadamente realizando todas as obras necessárias à manutenção ou reposição da sua segurança, salubridade e arranjo estético, nos termos do RJRU, não podendo os proprietários e os titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifício ou frações, dolosa ou negligentemente, provocar ou agravar uma situação de falta de segurança ou de salubridade, provocar a sua deterioração ou prejudicar o seu arranjo estético (artigo 6.º).*

*4. Uma área de reabilitação urbana (doravante ARU), é uma área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana (doravante ORU) aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana (alínea b) do artigo 2.º).*

5. Por sua vez, uma operação de reabilitação urbana (ORU), é o conjunto articulado de intervenções, que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de uma determinada área delimitada (alínea h do artigo 2.º), sendo que a cada ARU corresponde uma ORU (n.º 4 do artigo 7.º). Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma Estratégia de Reabilitação e adota a designação de ORU Simples; quando a ORU envolve, não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tem associado um programa de investimento público, e é enquadrada por um Programa Estratégico de Reabilitação, adotando a designação de ORU Sistemática (artigo 8.º).

6. Compete aos municípios promover a reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana, resultando nomeadamente da aprovação (n.º 1 do artigo 7.º):

i) Da delimitação das ARU; e

ii) Da ORU a desenvolver nas áreas delimitadas das ARU, através de instrumento próprio ou de um plano de pormenor de reabilitação urbana.

7. A delimitação das ARU, bem como a sua alteração, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, devendo a proposta de delimitação de uma ARU ser devidamente fundamentada e conter os seguintes elementos (n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 13.º):

i) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da ARU e os objetivos estratégicos a prosseguir;

ii) A planta com a delimitação da área abrangida;

iii) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.

8. O ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana integra os elementos referidos no número anterior e é publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município, remetendo-se em simultâneo, por meios eletrónicos, ao IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º).

9. A delimitação da ARU pode ser aprovada em simultâneo ou antes da aprovação da respetiva ORU (n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º). A aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana caducará, se, no prazo de 3 anos, não for aprovada a correspondente ORU (artigo 15.º).

10. A delimitação de uma ARU tem como consequência a obrigatoriedade do município definir os benefícios associados aos impostos municipais sobre o património, nos termos da legislação aplicável (designadamente o IMI e o IMT), e,

Ata N.º	03/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

*por outro lado, confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações compreendidos na ARU, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural (artigo 14.º).*

*11. Tendo presente nomeadamente os objetivos e princípios subjacentes à reabilitação urbana, foi solicitado à firma Adquadratum, Arquitetos, Lda, de Vila Nova de Famalicão, a identificação e delimitação de uma área que caracterizasse o conceito de “centro histórico” da vila de Vila Nova de Paiva, sede do Município, tendo sido possível identificar e delimitar uma área de reabilitação urbana (ARU) como espaço físico de afirmação da história e cultura, que deverá ser protegido, conservado e restaurado visando a sua adaptação à vida contemporânea, em regra coincidindo com a área habitacional mais antiga e tradicional, conforme pressupostos e critérios apresentados na Memória Descritiva e Justificativa anexa, com uma área a submeter a reabilitação urbana com aproximadamente 328.000 m<sup>2</sup>, conforme Planta de Delimitação também anexa, e com o Quadro de Benefícios Fiscais igualmente anexo à presente proposta.*

*12. São objetivos estratégicos da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva:*

*(i) Promover a atratividade da sede do Município, a qualidade de vida e a coesão social;*

*(ii) Valorizar o património natural, cultural e edificado;*

*(iii) Reabilitar o edificado, conjugando os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI e IMT), com outros eventuais incentivos a estabelecer em regulamento municipal;*

*(iv) Tornar o centro da vila num Centro Urbano inclusivo, em termos de mobilidade sustentável e acessibilidade.*

*Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte:*

*1.º) Considerar ser necessário promover a reabilitação urbana do centro da vila de Vila Nova de Paiva, através da definição e aprovação da área a submeter a reabilitação urbana, através de uma proposta de delimitação de uma ARU, sendo oportunamente apresentado para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do RJRU, do respetivo projeto da operação de reabilitação urbana (ORU), através de instrumento próprio, com prévia submissão ao IHRU, I.P. para emissão de parecer não vinculativo, e submissão a consulta pública.*

2.º) *Aprovar a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro de Vila Nova de Paiva, conforme projeto elaborado pela firma Adquadratum, Arquitetos, Lda, nos termos constantes da Memória Descritiva e Justificativa, Planta de Delimitação e Quadro de Benefícios Fiscais anexos à presente proposta, dela fazendo parte integrante.*

3.º) *Submeter o projeto de delimitação da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do RJRU.”*

----- O Sr. Presidente prestou vários esclarecimentos acerca da proposta em apreço. –  
----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveu-se e usou da palavra o Sr. José Manuel Correia Alves, que referiu o seguinte: -----

*“ Este projeto/Plano de Reabilitação Urbana tem grande importância e terá certamente o nosso apoio.*

*Depois de fazer a leitura da memória descritiva, chamou-me a atenção a parte dos incentivos que os municípios poderão vir a ter e com os quais concordo; no entanto proponho que a proposta fosse mais ambiciosa na questão do próprio Imposto Municipal sobre Imóveis.*

*Fazendo alguns exercícios e considerando um valor médio de cinquenta mil euros, que é sensivelmente o máximo valor patrimonial tributário dos edifícios antigos aqui na sede do Município, os mesmos ficarão sujeitos a um imposto anual na ordem dos cento e cinquenta euros anuais; desta forma terão, no período de cinco anos, um benefício total de isenção na ordem dos 750,00 euros; ora tal valor de incentivo dará apenas para pequeníssimas reparações, não sendo por isso um fator importante para a decisão dos particulares investirem na recuperação dos referidos imóveis.*

*Assim, entendemos haver aqui espaço legal e ao alcance do Município para, de uma vez por todas, alavancar, com medidas concretas, a reconstrução/recuperação de uma grande parte dos edifícios antigos e degradados da Vila, situação que se viria a refletir não só na melhoria das condições de vida dos que cá estão, mas também na economia local, uma vez que as obras vão gerar movimento financeiro e consequentemente mais emprego.*

*Deixo a sugestão de se puder incrementar o incentivo á reconstrução/beneficiação de imóveis para que os municípios se sintam motivados a fazer as referidas obras.*

*Outra coisa a realçar é que se as obras forem sujeitas a licenciamento municipal, a idade do prédio, para efeitos da sua avaliação para determinação do valor*

Ata N.º	03/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

*patrimonial tributário, passa a ser a da data da licença de utilização, ou seja, um prédio com oitenta anos passará a ter zero anos. O que quer dizer que a nível de coeficiente de vetustez passará de 0,80 para 0,00, onerando muito o imposto municipal sobre imóveis (I.M.I.) a que ficará sujeito.*

*Desta forma e com os fundamentos atrás referidos, a isenção de I.M.I. prevista no A.R.U. por cinco anos não compensará o acréscimo de imposto pelo qual passará a ser tributado o edifício, motivo pelo se propõe a revisão desta medida, aumentando, para o dobro, o período de carência.*

*De realçar também que os Planos ARU só são aplicados uma vez em cada Município, pelo que se aceita que o mesmo seja prioritariamente aplicado à sede do Concelho. No entanto entendemos que os benefícios fiscais propostos no seu âmbito e tendo em conta as considerações que fizemos, deveriam ser estendidos a toda a área do Município de Vila Nova de Paiva.*

*Seria, por isso, muito importante a própria Assembleia Municipal possa vir a deliberar, sob proposta do Executivo da Câmara Municipal, uma isenção de IMI para um período dez anos nos casos em que os proprietários efetivassem recuperação de edifícios degradados, conferindo-lhes condições de habitabilidade.*

*Desta forma, em lugar de termos um parque habitacional cada vez mais degradado nos centros urbanos, o que é cada vez mais visível, poderíamos contribuir para a criação de um incentivo que o contrarie, pois apesar destas medidas poderem causar uma diminuição temporária de receita para o erário municipal, as mesmas poderiam ter um alcance significativo no incremento da economia local e criação de melhores condições de vida às gentes que aqui vivem e melhor imagem a quem visita ou passa pelas nossas Terras.”*

----- O Sr. Manuel Morais Ramos, solicitou a palavra ao Sr. Presidente da Mesa, para perguntar porque é que não se aplica a ARU a outras freguesias, como Vila Cova à Coelheira que tem bairros completamente degradados e abandonados como é o caso Bairro do Mosteiro e da Ribeira.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu como segue: -----

*“ Srs. Membros da Assembleia, não é por acaso que neste momento a Câmara Municipal está a renegerar o núcleo das aldeias e com esforço Municipal, como está a acontecer em Vila Cova á Coelheira, no Touro e na Queiriga porque estas freguesias não vão ter estes fundos para regeneração Urbana. Informou que o Governo, a União Europeia e a Comissão de coordenação é que decidiram que a ARU se aplicaria apenas às sedes de Município.*

*Se neste momento nós não apresentarmos a candidatura as verbas irão para outros municípios. As regras são estas só há uma ARU por Concelho e é a sede de concelho que é a contemplada.*

*Quanto às reduções/benefícios estes não se limitam ao IMI, esses benefícios constam num quadro anexo à proposta que foi enviada a todos os membros da Assembleia. Não podemos olhar só ao IMI, o que queremos é que as pessoas tenham um verdadeiro incentivo para reabilitar.*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal acima transcrita.-----

----- **e) Proposta de adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) .**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, prestou vários esclarecimentos acerca da proposta de adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) .-----

----- **i) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 29 de fevereiro a 27 de abril de 2016; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de março a 27 de abril, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar. Não houve qualquer questão ou pedido de esclarecimento colocada ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve público presente na reunião.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----



Sessão Ordinária 27 de junho de 2016

Ata N.º <b>03/2016</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

[illegible]